

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA



Marcio B.Alves/MPM

Procurador quer que Exército apure o caso

MPM critica compra de aparelho por HCE

Procurador do Ministério Público Militar, Soel Arpini classificou de “desorganização administrativa injustificável” o fato de o Hospital Central do Exército (HCE) ter comprado, em 2016, equipamento para a realização de exames de imagens que ainda não foi instalado. O aparelho — Equipamento Eletromédico de Grande Porte Gama Câmara Siemens — custou R\$ 2,575 milhões e deveria

ser utilizado em exames de cintilografia, que mostram problemas em órgãos internos de maneira precoce. O hospital fica na zona norte do Rio. Apesar de não ter detectado crime militar no episódio — o que motivou o arquivamento no caso —, Arpini determinou o envio de seu despacho para a 1a Região Militar para que fossem apuradas “eventuais transgressões disciplinares dos militares”.

Obras na sala

“Como cidadão, este representante ministerial lamenta o mau uso do dinheiro público, em razão de um deficiente planejamento”, escreveu o procurador. Segundo o HCE, o equipamento não foi instalado devido à necessidade de “obras de adequação da sala”.

Desativado

Em resposta enviada ao MPM, a direção do HCE informou que os exames de cintilografia vinham sendo realizados em equipamento da marca Philips, que, no entanto, estava desativado “devido a obras de adequação da sala para o equipamento da SIEMENS”.



Reprodução

HCE defendeu compra de equipamento

Hospital diz que houve “vantajosidade econômica”

Segundo o HCE, o equipamento foi comprado via pregão eletrônico, e que houve “foco na vantajosidade econômica”. Mas o procurador classificou de inadmissível que, sete anos depois da compra, o aparelho ainda não estivesse em uso, “por mais complexas que sejam as obras para adequação do ambiente físico para rece-

ber o equipamento”. Ressaltou que a resposta do HCE quis fugir do “óbvio ululante”, já que um aparelho adquirido em 2016 não tem mais o mesmo valor. Frisou também que, levando-se em conta a velocidade da evolução tecnológica, não havia razão para comprá-lo se havia dificuldades para colocá-lo em operação.

Indicação

Coube ao PCdoB indicar ocupantes de cargos da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, onde estava lotado o servidor Andrey Roosevelt Chagas Lemos. Ele foi exonerado por ter se responsabilizado por uma apresentação de teor erótico em evento do Ministério da Saúde.

Cargos

Formado em História, funcionário público de carreira desde 2015 e doutorando de Medicina Social da Uerj, Lemos também ocupou cargos de confiança nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Ele era diretor de Prevenção e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde.

20 mil em risco

Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) estima que 14 brasileiros vivem em Israel e seis mil em territórios palestinos. Em carta ao Itamaraty, destacou a importância de garantir a segurança de todos eles.

Folgão

O feriadão e a viagem do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) indicam que a semana será de pouco trabalho para os deputados. Não há votações em plenário previstas até amanhã. O primeiro-vice, Marcos Pereira (Repub-SP), diz que tudo vai depender do quórum.



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Itamaraty já tem autorização para enviar aeronaves para trazê-los de volta ao Brasil

Brasileiros em Israel clamam por socorro

Governo brasileiro enviará seis aeronaves para repatriar seus quase 2 mil habitantes na região

Pelo menos 1,7 mil brasileiros já procuraram a embaixada do Brasil em Tel Aviv em busca de ajuda para deixar Israel. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a maioria dos candidatos à repatriação é formada por turistas que visitavam Tel Aviv e Jerusalém quando, no último sábado (7), o grupo Hamas, que governa a Faixa de Gaza, deflagrou um ataque contra o território israelense. Depois do ataque, seguiu-se uma forte reação militar israelense, que passou a bombardear a Faixa de Gaza.

Em nota, o Itamaraty informou que as autoridades israelenses já autorizaram a entrada no país dos aviões que o

Brasil mobilizou para resgatar os brasileiros que precisarem de ajuda para deixar Israel.

A primeira das seis aeronaves que serão empregadas na operação de repatriação dos brasileiros chegou na segunda (9) a Roma, na Itália, onde aguardava autorização para ingressar em território israelense. Um segundo avião - do mesmo modelo do primeiro (um KC-30 com capacidade para 230 passageiros) - deve partir da Base Aérea de Brasília ainda esta tarde, com destino a Tel Aviv.

Os brasileiros candidatos à repatriação serão distribuídos por grupos, em voos que acontecerão em datas que ainda se-

rão definidas. Inicialmente, o Itamaraty vai priorizar o traslado dos residentes no Brasil que ainda não têm passagem aérea para regressar ao país.

O Itamaraty estima que cerca de 14 mil brasileiros vivem em Israel e outros seis mil moram na Palestina. Além disso, muitos turistas visitam a região, principalmente para conhecer locais considerados sagrados e participar de eventos.

Diante da reação israelense ao ataque do Hamas, o governo nacional desaconselha deslocamentos não essenciais para a região. Em nota, o Itamaraty recomendou que todos os brasileiros que tiverem condições tentem deixar Israel e Gaza.

Novas regras de rótulos de alimentos em vigor

As novas regras para rótulos de alimentos no país já estão em vigor para produtos lançados há um ano. De acordo com a Anvisa, além de mudanças na tabela de informação nutricional, devem ser adotados alertas, na parte frontal da embalagem, sobre alguns nutrientes.

O objetivo das normas é melhorar a clareza e legibilidade dos rótulos dos alimentos e, assim, auxiliar o consumidor a fazer escolhas alimentares mais conscientes e adequadas às necessidades individuais. A Anvisa fez as alterações após ter identificado que a forma de declaração das informações nutricionais nos rótulos dos alimentos dificultam entendimento pelos consumidores.

Os produtos terão que apresentar informação simples sobre os nutrientes com relevância para a saúde, como o alto teor de açúcar adicionado e a quantidade de gorduras saturadas e de sódio.

Um símbolo de lupa, de utilização obrigatória, deverá



Valter Campanato/Agência Brasil

Novas regras passaram a valer na segunda-feira (9)

ser aplicado na face da frente da embalagem, na parte superior do produto, para ser mais facilmente captada pelo olhar. A medida vale para alimentos com um, dois ou três dos ingredientes citados.

Os fabricantes também poderão incluir alegações nutricionais que permaneçam como informações voluntárias que não poderão ser aplicadas na parte superior, caso o alimento

tenha rotulagem nutricional.

Alimentos com rotulagem frontal de açúcar adicionado não podem ter alegações para açúcares e açúcares adicionados; alimentos com rotulagem frontal de sódio não podem ter alegações para sódio ou sal e os alimentos com rotulagem frontal para gorduras saturadas não podem ter alegações para gorduras totais, saturadas, trans e colesterol.

Defesa da Amazônia

Um grupo de trabalho para analisar a viabilidade e os possíveis mecanismos para o emprego das Forças Armadas em 250 quilômetros de fronteira terrestre, nos estados da Amazônia Legal, foi criado na segunda (9) pelo governo federal. A medida - que estuda ampliar em 100 quilômetros a área de defesa atual - foi publicada no Diário Oficial da União e as conclusões deverão ser apresentadas em 30 dias.

A Constituição prevê a atuação das Forças Armadas

em uma faixa de 150 quilômetros dos limites territoriais para dentro do país, mas a ideia que será discutida objetiva ampliar as ações de defesa em mais 100 quilômetros nas fronteiras com outros países nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins.

De acordo com a publicação do Ministério da Defesa, a proposta visa ampliar as ações preventivas e repressivas contra crimes transfronteiriços e ambientais e somaria esforços com

ações previstas no Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Amas), instituído pelo governo federal em julho deste ano.

Com investimento de R\$ 2 bilhões, o Amas prevê a instalação de 34 bases integradas da Polícia Federal com as polícias estaduais, centros de comando e de cooperação internacional, além de um centro de operações da Força Nacional, todos distribuídos pelo território da Amazônia Legal. O grupo de análise da atuação das Forças Armadas terá 11 integrantes.

Chuvas afetam 132 municípios de SC

Santa Catarina tem 132 municípios com diversas ocorrências em virtude das fortes chuvas que atingem o estado desde a última semana. De acordo com boletim da Defesa Civil, divulgado na segunda (9), 67 municípios já decretaram situação de emergência. Duas mortes foram confirmadas em Rio do Oeste e Palmeira.

A cidade de Taió, que enfrentava inundações graves, foi atingida mais fortemente pela enchente do rio, no fim do domingo. Já o rio Itajaí-Açu, em Blumenau, alcançou o pico de 10,18 metros na madrugada desta segunda-feira, e está baixando gradativamente.

A última medição feita pela Defesa Civil, feita no dia 9, registrava 9,90 m de altura. E o rio Uruguai atingiu a profundidade de 11,62 metros e está em baixa.

A situação de Taió piorou nas primeiras horas de segunda, com o aumento da vazão gerada pelas chuvas intensas na bacia do Rio Itajaí-Açu, entre a tarde e a noite do domingo.

Por isso, os bombeiros militares reforçaram o trabalho na cidade, com novas equipes. Neste momento, as equipes atuam, principalmente, na retirada de famílias dessas áreas de risco, de acordo com o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, coronel Fabiano de Souza.

Mutirão de limpeza na Grande São Paulo

Os municípios de Caieiras e Franco da Rocha, na Grande São Paulo, fizeram trabalhos de limpeza e recuperação de vias após as fortes chuvas que atingiram a região na noite de domingo. Apesar de a chuva ter dado uma trégua, ainda há áreas alagadas.

De acordo com a prefeitura de Franco da Rocha, choveu quase 120 milímetros entre sábado e segunda (9), que é todo o volume de chuva previsto para o mês de outubro. As aulas na escola municipal no bairro Jardim Progresso foram suspensas nesta segunda-feira devido à entrada de lama nas salas de aula.

Em Caieiras, foram registrados diversos pontos de alagamento na madrugada de domingo. O teatro municipal da cidade foi um dos locais que ficaram totalmente submersos. A prefeitura decretou estado de calamidade pública. Em nota, o governo destaca que a medida serve como ferramenta para que os moradores solicitem o saque doFGTS.

Na capital paulista, quatro córregos transbordaram na noite do último domingo (8). A cidade registrou, na manhã de segunda-feira (9), dez pontos de alagamento nas vias da cidade.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, desde as 7 horas da noite de domingo até às 6 horas da manhã de segunda, foram feitos 47 chamados para quedas de árvores e 86 chamados para enchentes. Não houve registro de vítimas.